

Lúcio Costa e a Escola Nacional de Belas Artes

Maria Lucia Bressan Pinheiro

Professora Doutora Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – Universidade de São Paulo

mlbp@usp.br

O presente trabalho pretende abordar um episódio da maior importância para o devir do Movimento Moderno no Brasil: a meteórica passagem de Lúcio Costa pela diretoria da Escola Nacional de Belas Artes (ENBA), entre 1930 e 1931. Não bastasse o significado do episódio em si, sobejamente destacado em depoimentos de arquitetos considerados pioneiros da arquitetura moderna brasileira, ele implica em questionamentos sobre outro fenômeno fundamental do período: o engajamento – até então imprevisível - de Lúcio Costa entre os partidários do modernismo arquitetônico. Por outro lado, ambos os aspectos da questão apresentam-se surpreendentemente carentes de pesquisas aprofundadas. Assim, procuraremos contribuir para o esclarecimento das muitas lacunas existentes, apresentando alguns resultados de pesquisa empreendida com auxílio FAPESP em fontes primárias - livros de registros e de atas da própria ENBA -, complementados por artigos de revistas e jornais de época.

Palavras-chave: modernismo; história da arquitetura brasileira; neocolonial.

The following paper intends to discuss a very important episode for the outcome of the Modern Movement in Brazil – namely, the short period during which Lucio Costa was nominated director of Escola Nacional de Belas Artes (ENBA) - the School of Architecture of Rio de Janeiro -, between 1930 and 1931. Besides the importance of the episode in itself, which has been frequently pointed by architects considered to be the pioneers of Brazilian modern architecture, it also raises some questions about another fundamental fact of the same period: the unforeseen, sudden engagement of Lúcio Costa in modernism. Surprisingly, the manifold aspects of these developments still lack further understanding. Therefore, the results of recent research work carried out in primary sources – registers and official documents of ENBA – complemented with newspaper and magazine articles of the period will be presented. The studies were sponsored by FAPESP, the State of São Paulo Research Funding Agency.

A historiografia consagrada da arquitetura moderna brasileira é unânime em afirmar que, antes de 1930, o único contato direto de Lúcio Costa com Le Corbusier deu-se através da conferência proferida por este último na ENBA por ocasião de sua primeira visita ao Brasil, em dezembro de 1929 - visita esta realizada quando o arquiteto suíço retornava de uma viagem à Argentina, e organizada por Paulo Prado e Warchavchik, *“passando ele a maior parte do tempo em São Paulo”*.

Segundo seu próprio depoimento, Lúcio Costa *“... assistiu-a por acaso. Estava naquele momento passando pelos corredores da escola e, ouvindo que Le Corbusier ali falava, aproximou-se como curioso. Não havendo lugar disponível, assistiu à conferência do lado de fora da sala.”*¹

Não que Lúcio Costa não tivesse se ocupado até então da problemática do modernismo arquitetônico. Com efeito, apenas um ano antes, em 1928, ele manifestara suas dúvidas e desconfianças a respeito, em artigo sobre o projeto em estilo “renascimento espanhol” – de acordo com sua própria classificação - com que concorrera ao concurso para a Embaixada Argentina no Rio de Janeiro:

*“Finalmente, os estilos francamente modernos - como tive ocasião de ver ultimamente na Europa muita coisa interessante - são, mesmo quando adaptadas com moderação às idéias de Le Corbusier, arriscados. Pode ser gosto do momento, questão de moda, parecer amanhã ridículo, extravagante, intolerável, como por exemplo hoje nos parece o “art-nouveau” de 1900. E assim pareceu-me pouco prudente aplicá-lo a uma construção de caráter definitivo, um edifício que precisa estar bem não só hoje, mas amanhã e sempre.”*²

Note-se aqui a referência a “os estilos modernos”, no plural. A esse respeito, é preciso ter em mente a existência, naqueles anos, de várias acepções para a palavra moderno, correspondentes a outras tantas arquiteturas com pretensão ao modernismo - o que, de resto, não ocorria apenas no Brasil, como está indicado no próprio trecho de Lúcio Costa acima referido. Basta lembrarmos da Exposição de Artes Decorativas de Paris, em 1925 - que consagrou o estilo mais tarde denominado *Art-Déco* -, onde coexistiam pavilhões tão díspares entre si quanto o Pavilhão de *L'Esprit Nouveau*, de Le Corbusier, e a maioria dos pavilhões comerciais do conjunto, como o da loja *Le Bon Marché* e do magazine *Printemps*, por exemplo.

Por outro lado, num meio mais conservador e atingido apenas indiretamente pelas profundas mudanças econômicas, sociais e políticas do século XIX, é certo que o debate

¹ V. a respeito BRUAND, 1981, p. 72.

² Cit. in: SILVA, 1991, p. 181.

brasileiro sobre a arquitetura moderna era ainda incipiente. Anyone Costa dá voz às dúvidas e inquietudes que assolavam os meios artísticos nacionais:

“As Artes, como todas as expressões individuais, atravessam nesse momento uma fase de transição. A mentalidade que se está formando, depois da paz européia, agitou as reservas de pensamento, apuradas no longo trabalho de fermentação que o século XIX produziu, sem nada estabelecer de definitivo ou estável. (...) O momento é de confusão, busca imprecisa, indecisão de vontade e de valores.

(...) Como seria possível pintar o homem revoltado, o operário que faz o “soviet”, que demoliu monarquias, utilizando os mesmos recursos técnicos, a mesma “maneira” aplicada para pintar o artífice bisonho dos começos do século XIX, antes das barricadas e das revoluções liberais de que a de 1848, em França, foi o rastilho e o alarme?

Como pintar a paisagem da época do avião, das travessias oceânicas em 34 horas, máximo de atividade que cérebro e músculos humanos atingiram, empregando os mesmos tons delicados, amortecidos, a mesma técnica convencional, manejada pelos artistas do século passado?”³

Inúmeras são as manifestações do período que se referem ao caráter ainda indefinido, e transitório, da arquitetura dita “moderna”.

De qualquer forma, este primeiro e fortuito contato com Le Corbusier, em 1929, não produziu efeitos imediatos na maneira de pensar e de praticar arquitetura de Lúcio Costa – que, de resto, nunca se referiu ao episódio como decisivo. Mas, juntamente com outros fatores contemporâneos – tais como a construção da casa da Rua Toneleros, primeiro projeto de Gregori Warchavchik no Rio de Janeiro, ao longo do ano de 1931 – deve ter inspirado muitas e prolongadas reflexões ao arquiteto carioca. Com efeito, conquanto nunca tenha se referido à atividade anterior de Warchavchik em São Paulo, é impossível supor que um arquiteto pouco convencional como Lúcio Costa possa tê-la ignorado. Afinal, Warchavchik era a mais prestigiada figura do modernismo brasileiro, além de correspondente do CIAM. Estivera, também, no Rio de Janeiro, em julho de 1930, para participar do IV Congresso Panamericano de Arquitetos – evento no qual destacaram-se os partidários da tendência neocolonial, mas que contou com a presença sempre provocativa de Flávio de Carvalho.

³ COSTA, 1927, pp. 9-10.

Em 1931, alguns dos projetos modernistas de Warchavchik em São Paulo foram publicados na **Cahiers d'Art** – “a melhor revista francesa de arte”, segundo Mário de Andrade – e também na antologia **Gli elementi dell'architettura funzionale**, de Alberto Sartoris⁴.

É certo que as primeiras obras do arquiteto russo apresentam inúmeras incoerências – programáticas, formais, construtivas – em relação ao proclamação do funcionalismo de seu autor, o que não deve ter passado despercebido a Lúcio Costa. De fato, elas encaixam-se muito bem na expressão “*modernismo estilizado*”, utilizada anos mais tarde pelo próprio Lúcio para caracterizar algumas das obras de Warchavchik⁵. Mas é inegável o impacto da casa da Rua Toneleros contra a exuberante vegetação carioca. Suas linhas deviam afigurar-se efetivamente modernas em comparação com outras manifestações de “arquitetura moderna” do período, e mesmo em relação a outras obras de seu autor.

O contato prolongado com todas as etapas de construção da casa - que, tendo sido inaugurada, segundo Geraldo Ferraz, “na véspera do primeiro aniversário da revolução” (portanto, outubro de 1931), deveria estar em obras há pelo menos um ano⁶ -, deve ter chamado a atenção de Lúcio Costa, num momento em que ele, seguramente, interessava-se pela questão, como os eventos imediatamente posteriores viriam a comprovar.

A casa deve ter impressionado vivamente Lúcio Costa, pois ele próprio aventaria mais tarde a hipótese de que o balcão em balanço da Casa da Rua Toneleros teria influenciado a famosa *Falling Water*, projetada pouco depois por Wright⁷.

Assim, tudo parece indicar que cabe em boa parte à influência de Warchavchik sobre Lúcio Costa a mudança – aparentemente repentina, ainda que pudesse estar em gestação há tempo – de orientação do jovem arquiteto carioca, que só se patenteou efetivamente após o convite de Francisco Campos para a diretoria da ENBA.

O convite de Francisco Campos

Entre os vários aspectos a serem ainda elucidados sobre este período, um dos mais instigantes é o motivo que levou efetivamente Francisco Campos, Ministro da Educação de Washington Luís, a convidar o jovem arquiteto Lúcio Costa - então com 29 anos incompletos - para o cargo de diretor da ENBA. Note-se que este convite foi anterior à revolução de 1930, pois a data da primeira reunião da Congregação da Escola em cuja ata comparece a

⁴ V. a respeito FERRAZ, 1965, p. 38.

⁵ V. COSTA, 1995, p. 72.

⁶ FERRAZ, Op. cit., p. 38. As datas aproximadas são confirmados também em SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA. **Warchavchik, arquiteto modernista – 100 Anos**. São Paulo, Catálogo da exposição, 1996, p. 10.

⁷ V.COSTA, 1962, p. 127.

assinatura de Lúcio Costa (e não mais a de José Corrêa Lima) como Diretor é 13/09/1930⁸.

Entretanto, tal nomeação - e efetiva posse - de Lúcio Costa à diretoria da ENBA em data anterior à Revolução de 1930 - que, como se sabe, foi deflagrada em 03/11/1930 - é sistematicamente ignorada na bibliografia específica. O próprio Lúcio Costa não faz referência ao assunto, talvez por não ter tido oportunidade de tomar qualquer iniciativa efetiva no curto espaço de tempo transcorrido entre a reunião de 13/09 e a eclosão da revolução. Seja como for, o fato é que consagrou-se, como data oficial do início do mandato de Lúcio Costa na diretoria da ENBA, a data de 08/12/1930.⁹

O hiato de três meses entre essas datas corresponde precisamente ao desenrolar da Revolução, quando tudo certamente ficou “suspense no ar”, por assim dizer. Entretanto, a continuidade de Francisco Campos no Ministério da Educação - que já ocupava desde a administração de Washington Luís, quando, precisamente, fez o convite a Lúcio Costa - deve ter garantido a permanência de Lúcio na Diretoria, mesmo após a revolução. A própria continuidade do ministro é, em si, um dado de que - ao contrário do que se costuma pensar - as mudanças políticas não foram tão radicais assim - ou não o foram em todos os campos, pelo menos.

As únicas e pouco confiáveis fontes de que dispomos até o momento, para procurar entender como foi que o ministro Francisco Campos chegou ao nome de Lúcio Costa, são os inúmeros artigos escritos durante e depois do episódio por José Mariano Filho¹⁰, marcados por um tom de prima-dona ofendida. Nestes artigos, Mariano Filho invoca, alternadamente, a influência de “*literatos futuristas*”, do “*poeta raté sr. Luiz Edmundo*”, e de “*seu colega do Largo do Boticário*” (possivelmente Rodolfo Siqueira), nesta indicação¹¹. Mas seu alvo preferido parece ser o grupo modernista - isto é, os *literatos futuristas* -, pois investe em inúmeras ocasiões contra os “*antropófagos de São Paulo*” e a Fundação Graça Aranha¹² - que chama, por vezes, de “Grêmio” ou “Sociedade Recreativa”¹³. No entanto, até

⁸ Livro de Atas das Sessões da Congregação da Escola de Belas Artes (LASCEBA), pp. 192-194. Na ENBA, o registro de mudança de diretoria utilizado nas atas das reuniões da Congregação era bastante peculiar. Não se fazia na própria ata qualquer menção explícita do fato; apenas registrava-se a abertura da sessão com a presença do diretor cujo mandato acabava de expirar e, no final, constava a assinatura do novo diretor.

⁹ COSTA, 1962, p. 41

¹⁰ Como se sabe, até então, havia grande proximidade entre Lúcio Costa e José Mariano Filho, o epígono do Neocolonial no Rio de Janeiro.

¹¹ V. a respeito o artigo *Chá de Desagravo*. **Diário da Noite**, 06/08/1931; cit. in XAVIER, 1960, s/p.

¹² Existiu efetivamente uma “Fundação Graça Aranha”, instituída por “*um grupo de amigos do escritor*” e cujo estatuto foi publicado em **Ilustração Brasileira**, no. 122-4, out/dez 1930.

¹³ Ver, por exemplo, o artigo *A propósito dos prédios escolares*. MARIANO FILHO, 1943. p. 76.

o momento, não foram encontrados indícios de vínculos de proximidade entre este grupo e Lúcio Costa.¹⁴

Segundo as sempre suspeitas palavras de Mariano Filho – que equiparou a mudança imprevista e indesejável de Costa a uma verdadeira traição –, o convite de Francisco Campos deve-se exatamente às características tradicionais de sua obra até então, como afirma inúmeras vezes, uma delas nos seguintes trechos do artigo *A desnacionalização da EBA*, publicado em **O Jornal** em 1931¹⁵:

“Porque – note-se bem – não foi por conta dos ideais que ele fervorosamente abraça, que se lhe abriram entre alvíssaras as portas do velho instituto de ensino artístico. O jovem chegou às portas da Escola, e bateu palmas, dizendo-se representante da corrente tradicionalista da arte nacional, através da qual ele se tornara conhecido.

(...) Desde estudante, até o dia de seu empossamento no cargo de diretor da EBA, por intervenção do esteta Rudí Siqueira e de certo grupo de literatos futuristas, o jovem LC foi o mais destemido combatente da coluna tradicionalista. Assim, sua reputação profissional se fez exclusivamente à custa de seus trabalhos, nos quais se evidenciava de maneira iniludível a íntima convicção do artista. (...) Poucos meses antes de ser nomeado, ele me convidava especialmente para ver um projeto de habitação, em estilo hispano-americano, destinado a um cavalheiro estrangeiro. E eu lhe disse nesse momento: “Felizmente você não quer saber de caixas d’água”.

É fato que, até então, Lúcio Costa nada manifestara sobre quaisquer mudanças que, à luz dos acontecimentos posteriores, podemos supor em curso em seu pensamento. Assim, a hipótese aventada por José Mariano é bastante plausível; ele afirma que as características da obra de Lúcio Costa até aquele momento estariam de acordo com a índole conservadora de Francisco Campos¹⁶:

“Conservador por índole e feitio, dele [Francisco Campos] só ouvi palavras de louvor e encorajamento às idéias de nacionalização da arte brasileira. A menos que lhe ouça formal declaração em contrário, tenho o direito de supô-lo alheio, de todo, aos despautérios que sob sua responsabilidade estão sendo praticados contra a arte nacional.”

¹⁴ É verdade que Mário de Andrade e Manuel Bandeira elogiaram a reforma da ENBA e o Salão de 1931, mas tais manifestações só foram publicadas no segundo semestre de 1931.

¹⁵ Cit. in XAVIER, 1966, s/p.

¹⁶ *Maçonaria Artística, Diário da Noite*, 14/08/1931; cit. in XAVIER, 1966, s/p. Recorde-se que Campos esteve ligado ao movimento pela reforma do ensino iniciada por Fernando de Azevedo no início da década de 1920, que se concretizou arquitetonicamente através do neocolonial. V. a respeito SISSON, 1988, p. 72.

Em outro artigo cuja data infelizmente não é precisada (mas que deve ser de 1931), José Mariano apresenta outros argumentos que reforçam as supostas simpatias de Francisco Campos para com a arquitetura neocolonial:

“Quando mais acesa ia a querela entre os retardatários, retrógrados e passadistas, e a coluna futurista da qual o sr. Francisco Campos se fizera voluntário expoente, eis que o ministro da Educação pensa burguesmente em construir sua casa de moradia. (...) Qual é o estilo por ele escolhido? Não foi o “estilo ‘caixa d’água’, ou ‘funcional’, como lhe chama o urbanista nordestino Nestor [de Figueiredo]. Foi uma “...casa branca, aberta em arcaria jesuítica, sobre o mar distante, que o poeta mineiro construiu para a sua alma brasileira.”¹⁷

Quanto às demais insinuações feitas por José Mariano, ainda há muito o que pesquisar. Como já foi dito, são desconhecidas, até agora, ligações mais próximas entre Lúcio Costa e o grupo de escritores modernistas - tanto de São Paulo como do Rio de Janeiro -, bem como com o poeta Luiz Edmundo. Dentre os citados, o único nome a ele efetivamente ligado naqueles anos é o *“do esteta Rudí [Rodolfo] Siqueira”*. É o próprio Costa quem menciona ter sido convidado *“pouco antes da Revolução de 1930”* pelo secretário geral do Itamaraty, Maurício Nabuco, para assessorar a recuperação do Palácio de mesmo nome, que o diplomata empreendera *“amparado no seguro e apurado gosto de Rodolfo Siqueira, profundo conhecedor do nosso mobiliário antigo...”*¹⁸. Além de ligado ao primeiro contato de Lúcio Costa com a esfera pública – que pode fornecer pistas sobre o convite de Francisco Campos -, a reforma de sua residência no Largo do Boticário, em 1929, é mencionada por Maria Angélica da Silva¹⁹. Esta mesma casa foi publicada no livro **Brazil Builds** como *Prédio [sic] Ribeiro, “velha casa restaurada pelo seu antigo proprietário, Sr. Rodrigo [sic] Siqueira”*²⁰. Não há, porém, indicação de fontes quanto à autoria e data.

Propostas para a ENBA

Entre a primeira e misteriosa nomeação de Lúcio Costa para a Diretoria da ENBA, em 13/09/1930, até a segunda - oficial -, em 08/12/1930, é de supor que praticamente nada tenha sido feito, dadas as circunstâncias políticas excepcionais. Uma das primeiras manifestações localizadas até agora sobre as intenções do novo diretor é a entrevista em que Costa expõe suas idéias sobre a reforma do ensino da ENBA a **O Globo**²¹.

¹⁷ Artigo *Dize-me onde moras*. MARIANO FILHO, Op. cit. p. 90.

¹⁸ COSTA, 1995, p. 67.

¹⁹ SILVA, 1991, p. 405. Este trabalho constitui o mais completo inventário dos escritos e projetos de Lúcio Costa.

²⁰ GOODWIN e KIDDER SMITH, 1943, pp. 30-1. Em que pese a discrepância do nome, deve tratar-se da mesma pessoa.

²¹ Artigo *A Situação do Ensino de Belas Artes*, 29/12/1930; cit. in XAVIER, 1966, s/p.

Lúcio afirma então *“julgar imprescindível uma reforma em toda a Escola, aliás como é do pensamento do governo”*. Quanto ao curso de Arquitetura, considera que ele *“necessita de uma transformação radical. Não só o curso em si, mas os programas das respectivas cadeiras e principalmente a orientação geral do ensino”*.

Após explicar os problemas que identifica aí – relacionados, basicamente, à *“divergência entre arquitetura e a estrutura”*, e também à inverdade dos materiais (pó de pedra simulando pedra, por exemplo) – elabora a famosa frase, que repetiria em outras ocasiões:

“Fazemos cenografia, estilo, arqueologia, fazemos casas espanholas de terceira mão, miniaturas de castelos medievais, falsos coloniais, tudo, menos arquitetura”.

Como conclusão, sumariza sua proposta:

“A reforma visará aparelhar a escola de um curso técnico-científico tanto quanto possível perfeito, e orientar o ensino artístico no sentido de uma perfeita harmonia com a construção. Os clássicos serão estudados como disciplina; os estilos como orientação crítica e não para aplicação direta.”

Sobre o chamado “Colonial Brasileiro”, responde:

“Acho indispensável que os nossos arquitetos deixem a escola, conhecendo perfeitamente a nossa arquitetura da época colonial – não com o intuito de transposição ridícula dos seus motivos, não de mandar fazer falsos móveis de jacarandá (os verdadeiros são lindos) – mas, de aprender as boas lições que ela nos dá de simplicidade perfeita, adaptação ao meio e à função, e conseqüente beleza”. (grifo nosso)²²

Fossem quais fossem as razões de Francisco Campos, o fato é que a nomeação de Lúcio Costa constitui um episódio peculiar de uma questão muito mais abrangente, esta sim na base da atitude do Ministro da Educação do governo revolucionário: a reforma universitária. Estava de fato em andamento um processo geral de normatização e regulamentação das instituições de ensino superior, e não uma reforma pontual, especificamente voltada para os problemas da ENBA. Este processo culminou na promulgação do Decreto no. 19.852, de 11/04/1931 – o Estatuto das Universidades Brasileiras -, que criava uma estrutura institucional baseada em órgãos colegiados – o Conselho Universitário (CO), e os Conselhos Técnicos e Administrativos (CTAs).

²² É interessante esta menção ao mobiliário antigo, que sempre encantaria Lúcio Costa. Em 1930, por exemplo, ele decorou o salão do Teatro Municipal com móveis antigos, para a abertura do IV Congresso Panamericano de Arquitetos (PINHEIRO, 2004, p. 133). Faz-nos pensar mais uma vez em Rodolfo Siqueira, que ele reputava *“profundo conhecedor do nosso mobiliário antigo”*. (COSTA, 1995, p. 67)

Com efeito, a leitura de numerosos ofícios da Reitoria da Universidade, neste período de 1931²³, evidenciam o desejo de regulamentar a estrutura e o funcionamento dos institutos de ensino superior. São solicitadas relações de professores em exercício, professores afastados, funcionários idem; estabelecem-se horários de expediente; relacionam-se as placas dos automóveis que se acham a serviço das repartições; solicitam-se listagens de professores que acumulam remunerações; providencia-se a realização de "inspeções de Saúde", etc.

Na primeira reunião da congregação após a revolução (22/04/1931), atendendo a ofícios da Reitoria relativos ao cumprimento do "Decreto no. 19.852 de 11 do corrente", foram realizadas eleições para representante da escola junto ao Conselho Universitário (CO) e para constituição do Conselho Técnico e Administrativo (CTA). As discussões que precederam a votação indicam que a nova estrutura administrativa implicava na separação dos cursos da Escola, pois o Diretor [Lúcio Costa] declarou que podia *"adiantar que, na regulamentação a ser baixada pelo Sr. Ministro da Educação, essa distinção seria, taxativamente, estabelecida."*²⁴

O tom geral dessa primeira reunião é altamente elogioso à reforma do ensino e ao novo diretor - ao menos na visão de Gastão Bahiana²⁵, que logo pede a palavra e procede à leitura, em caráter individual, da seguinte moção, que reproduzimos na íntegra a seguir:

"Srs. professores. Inicia-se, hoje, novo (ilegível) na vida mais que secular desse Instituto de ensino artístico, outrora Academia Imperial, hoje ENBA; e inicia-se sob os mais promissores auspícios, quando um governo realizador acaba de remodelar o ensino superior, dando-lhe organização mais criteriosa e eficiente. Em particular, no que diz respeito aos cursos de Belas Artes, só temos motivos de satisfação, já que foram atendidas, na sua quase totalidade, as aspirações do Corpo Docente desta Escola, ansiosa por sair do inexplicável ostracismo oficial que o oprimia, entibiando os mais decididos entusiasmos. Mal informado, talvez, sobre a vida interna da nossa Escola, o Governo receou confiar à Congregação o encargo de elaborar a reforma do ensino artístico: essa desconfiança, porém, resultou na mais imparcial demonstração do quanto era acertada a orientação tradicional dessa mesma Congregação. Com efeito, todas as medidas pedagógicas essenciais que vinham pleiteando, há tantos anos, junto ao Governo, acham-se consignadas na organização

²³ Consultados no LIVRO DE REGISTRO DO RESUMO DA CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA PELA ESCOLA DE BELAS ARTES (LRC), PERÍODO 02/01/1930 - 31/05/1941.

²⁴ Para o representante no CO, foi eleito Flexa Ribeiro. Para o CTA foram escolhidos os professores Felipe Reis e Gastão Bahiana para a Seção de Arquitetura; e os professores Corrêa Lima e Rodolfo Amoedo para a Seção de Pintura e Escultura. LASCEBA, pp. 192v-194.

²⁵ Gastão Bahiana fora o primeiro a reagir veementemente contra a nomeação de José Mariano Filho para a diretoria da ENBA, em 1926, por se tratar de nome externo ao quadro docente. V. a respeito PINHEIRO, 2004, pp. 40-1.

decretada: supressão de cadeiras próprias do ensino secundário; desdobramento de outras; criação das cadeiras de urbanismo, arquitetura paisagista, composição decorativa e tecnologia das artes menores; largo desenvolvimento do ensino técnico; obrigatoriedade dos trabalhos práticos; maior seriedade nos exames, precedidos de provas múltiplas; independência da exposição anual da Escola; organização geral idêntica à dos outros Institutos de ensino superior desde as exigências para admissão, até o recrutamento do corpo docente; todas essas disposições darão, em breve, aos cursos da ENBA, a desejada elevação e eficiência. Seríamos porém injustos se, diante de tão promissores resultados, deixássemos de manifestar o nosso reconhecimento e os nossos aplausos aos que, com tal acerto, elaboraram o plano da nova reforma, ao Ex. Sr. Ministro da Educação, aos seus assistentes técnicos, e de modo todo especial ao nosso atual Diretor que, embora estranho ao magistério, e imprimindo à sua concepção pedagógica o sabor precioso da originalidade, soube interpretar com precisão e tornar vencedores, os pontos de vista por nós inutilmente defendidos. É justo portanto que da ata dessa 1a. sessão sob o novo regime pedagógico, conste a expressão dos nossos vivos agradecimentos ao arquiteto Lúcio Costa, ao artista cuja modéstia iguala o talento e que reúne na sua simpática personalidade os mais nobres atributos do caráter: firmeza com elevação, lealdade com independência. RJ, 22/04/1931, Ass. Gastão Bahiana. (grifos nossos) ²⁶

A reforma da ENBA

A esta altura, Lúcio Costa tinha começado a introduzir mudanças curriculares na ENBA, pondo em prática as intenções que declarara a **O Globo**, tais como a contratação de professores alheios ao corpo docente - em alguns casos, estrangeiros. É surpreendente a falta de informações detalhadas a esse respeito. Não localizamos qualquer documento oficial relativo à contratação destes profissionais, mas há referências esparsas de que isso teria ocorrido neste mesmo mês de abril de 1931, como veremos a seguir. Entre tais referências está a notícia, publicada pelo **Jornal do Brasil** no dia 19/04/1931, sobre a contratação do arquiteto Gregori Warchavchik, do escultor Celso Antônio e do arquiteto A. S. Buddeus para professores da ENBA. Segundo Paulo SANTOS, a Warchavchik destinava-se a Cadeira de Composição de Arquitetura do 4o. ano; a Buddeus, a de Composição de Arquitetura do 5o. ano; para Celso Antônio, a de Escultura; e acrescenta ainda o nome de Léo Putz, para uma das cadeiras de Pintura²⁷.

²⁶ LASCEBA, pp. 192v-194.

²⁷ V. FERRAZ, 1965, p. 35 e XAVIER, 1987, p. 54.

Já tratamos das possíveis razões que teriam levado Lúcio Costa a contratar Warchavchik como professor da ENBA. Segundo seu próprio depoimento²⁸, o convite foi motivado pelo contato com alguns de seus projetos veiculados pela grande imprensa da época.

As razões para a contratação do arquiteto alemão Alexander BUDDEUS continuam ainda obscuras. Sabe-se que o arquiteto alemão estava no Rio de Janeiro em julho de 1930, segundo noticiado na imprensa, que a ele se refere como *“um dos maiores arquitetos da Alemanha”* e destaca sua participação na Exposição de Antuérpia como autor do projeto do Pavilhão da Alemanha. Diz ainda que *“os seus estudos sobre a arquitetura nova na Europa Central são hoje conhecidos no mundo inteiro”*.²⁹

É fato que a Exposição Internacional de Antuérpia, de 1930, alcançou repercussão na imprensa da época, pois localizamos notícias a respeito, bem como fotografia do pavilhão brasileiro³⁰ - um *Art-Déco* extremamente carregado, perto do qual o projeto de Buddeus, também *Art-Déco*, afigura-se muito mais “moderno”, pois sua estética apóia-se na volumetria movimentada e em poucos elementos decorativos geometrizados.³¹

Talvez Lúcio Costa estivesse familiarizado com a obra de Buddeus através desta exposição, e entrado em contato com o arquiteto por ocasião desta sua visita ao Rio de Janeiro, cuja causa é até agora desconhecida, mas que pode estar relacionada à realização do IV Congresso Panamericano de Arquitetos. Segawa informa, a partir de depoimento oral de Costa, que a contratação de Buddeus deve-se a uma obra do arquiteto belga na Rua da Alfândega, que teria chamado a atenção do recém-empossado Diretor da ENBA³².

De qualquer forma, Lúcio parece ter instituído um sistema peculiar na ENBA, que Mário de Andrade classificou de “regime de concorrência” em artigo datado de outubro de 1931, onde menciona a *“...irônica habilidade, que consistiu em não tirar ninguém de seu posto, mas apenas contratar alguns professores novos, que junto à estética antiquada das múmias, mostrassem as orientações modernas da pintura, escultura e arquitetura”*. *A habilidade de Lúcio Costa, observava, foi a de “contratar professores de evidente respeitabilidade profissional. O pintor Leo Putz, o escultor Celso Antônio, os passadistas partidários poderão ignorar o valor do que eles fazem, mas seria mera estupidez lhes negar seriedade profissional.”*

²⁸ COSTA, 1995, p. 72. Neste texto, aliás, Lúcio Costa confessa ter *“congénita ojeriza pela expressão ‘modernista’”*.

²⁹ **O Jornal**, 03/07/1930, Seção Letras e Artes p. 8.

³⁰ Publicado em **O CRUZEIRO**, 13/12/1930, p. 25.

³¹ Há fotografia deste pavilhão no álbum **Architecture Internationale Moderne. Expositions Internationales d’Anvers et de Liège**, s/d.

³² Mesmo após seu estabelecimento no Brasil, é difícil encontrar informações a respeito de sua carreira posterior. Sua mais conhecida obra é o Instituto do Cacau (1933-6), em Salvador, referido em SEGAWA, 1997, pp. 68 e 78; e também SUAREZ, 1997, p. 218.

A respeito do engenheiro [sic] Warchavchik, Mário afirma que, além de reconhecido na Europa, “a claridade convincente das obras que já construiu em São Paulo e no Rio atestam o que nos vale esse arquiteto”.³³

O sistema de contratação de professores fora dos quadros usuais implantado por Lúcio na ENBA não parece de fato ter suscitado muitas reações, ao menos de início, a julgar pelos comentários de José Mariano Filho a respeito, citados em artigo do próprio Lúcio Costa:

*“Mesmo com relação ao contrato de artistas estrangeiros, que venha gente estranha ao meio acadêmico, alemã, chinesa ou russa. Já que não possuímos artistas capazes, aliciemos os que nos podem ensinar.”*³⁴

Aliás, José Mariano admite que defendeu a contratação de Leo Putz, “desafiando a ira dos megatérios da Escola” para tanto.³⁵

Vicissitudes de Lúcio Costa na Diretoria da ENBA

Durante a gestão de Lúcio Costa na diretoria da ENBA – quer se considere o seu início em setembro de 1930, quando seu nome comparece pela primeira vez como diretor, na ata da reunião de 13/09/1930; quer se considere a versão “oficial”, isto é, o período de 08/12/1930 a 09/1931 – foram realizadas apenas duas reuniões da Congregação da ENBA: a já referida reunião de 22/04/1931, em que foi saudado pelo corpo docente, e a de 26/08/1931, em que foi afastado do cargo. A leitura da ata dessa segunda e última reunião sugere que Lúcio Costa optou por ignorar completa e deliberadamente a recém-instaurada estrutura burocrática da escola - cuja implantação constituía o objetivo precípua de sua nomeação para o cargo – para realizar uma série de mudanças na ENBA. Ele parece ter aproveitado a – ao que tudo indica, inesperada - oportunidade para criar um fato consumado, no que diz respeito à mudança de orientação do ensino de arquitetura. Do ponto de vista formal, optou por uma estratégia - que ele deveria saber suicida - de transgressão de toda a legislação relativa ao ensino superior, recém consubstanciada no Decreto 19.850 de 11/04/1931.

De fato, diante das inovações que pretendia realizar, e certamente ciente da oposição que iria enfrentar, ele parece ter optado por **nunca** consultar os órgãos representativos da Escola - Congregação e CTA - a respeito de **nenhum** assunto - ferindo frontalmente, assim, o recém promulgado regimento universitário. Também utilizou o expediente de não comparecer às reuniões do CO, para as quais foi convocado.

A segunda - e última - reunião do mandato de Lúcio Costa, realizada em 26/08/1931, não fugiu à regra: foi **solicitada pelos membros do CTA**, e não convocada pelo diretor. As

³³ Cit. in FERRAZ, Op. Cit. p. 38.

³⁴ Artigo *Impotência Espalhafatosa*, **Diário da Noite**, 09/09/1931; cit. in XAVIER, 1960, s/p.

³⁵ Artigo *Chá de Desagravo*, **Diário da Noite**, 06/08/1931; cit. in XAVIER, 1960, s/p.

razões que levaram o CTA a tal iniciativa foram expostas em documento lido por Rodolfo Chambelland, em que este professor reiterava a necessidade *“de fazer cumprir os preceitos legais da atual lei geral do ensino, no que diz respeito aos professores contratados, os quais exercem suas funções sem os respectivos programas, que dos catedráticos são exigidos”*. Afirmava que as alegações feitas pelo diretor *“de que estes atos estão excluídos da alçada deste Conselho por terem sido efetuados antes da nova lei, e o argumento de que os membros do CTA já sabiam da existência desses professores, ao assumirem as suas funções, não procedem”* – pois tais medidas, *“tomadas então por livre arbítrio”* do diretor, deveriam agora *“enquadrar-se no regime que preside atualmente os destinos desta escola”* para não ferir a autonomia do CTA. Afirmava ainda que, *“se a nova Lei em vigor tem força bastante para revogar leis anteriores, maior razão terá para remover qualquer ato que se não baseie em lei alguma”*. Continuava: *“Se este Conselho não possui autoridade para integrar o regime escolar dentro do espírito rigoroso da recente reforma, em virtude dos poderes especiais de que se acha V. Ex. investido, claro está que nestas condições a situação atual não pode permanecer, sem quebra da disciplina, da ordem e prestígio, que devem imperar nesta Escola. Conseqüentemente, à vista do exposto, a conclusão é a seguinte: ou V. Ex. continua exercendo as funções de Diretor, sem a assistência do CTA; ou a ENBA se integrará na posse de si mesma e na plenitude dos poderes que a lei lhe confere.”*³⁶

Em resposta ao documento de Chambelland, Lúcio Costa sugeriu a exoneração coletiva do CTA. Seguiu-se manifestação do prof. Raul Pederneiras, que por sua vez sugeriu o encaminhamento de representação ao CO para *“que se dê cumprimento ao que dispõe aquele estatuto, no seu artigo 27, para que tenham existência legal e se exerçam em toda a sua plenitude, na aplicação inadiável, os dispositivos primordiais que a lei exara no Art. 29 e 30 e seus incisos, do referido Decreto no. 19.851 do ano vigente.”*

Ora, o artigo 27 do Decreto 19.850 de 11/04/1931 determinava que *“o Diretor dos Institutos Universitários Federais - órgão executivo da direção técnica e administrativa - será nomeado pelo Governo, que escolherá, de uma lista tríplice na qual serão incluídos os nomes de 3 professores catedráticos, em exercício, do mesmo Instituto, 2 deles eleitos por votação uninominal pela respectiva Congregação e eleito o terceiro pelo Conselho Universitário.”*³⁷ Assim, como Lúcio Costa não preenchia os requisitos estabelecidos pela legislação recém promulgada para exercer o cargo de diretor, na prática o que se pedia era sua destituição.

³⁶ LASCEBA 1931-1945, pp. 1-6. É oportuno recordar que Rodolfo Chambelland fora o primeiro cliente de Lúcio Costa. V. COSTA, 1995, p. 14.

³⁷ LASCEBA, pp. 9v-16v.

Em resposta, o Sr. Diretor *“lamenta, que somente após decorridos 8 meses, resolvessem protestar contra a legalidade do seu mandato; o que com maior cabimento deveria ter sido feito na 1a. reunião da Congregação a que presidira; ao invés de pretenderem presenteá-lo com uma cadeira de professor, que, absolutamente, recusara”*³⁸. O prof. Raul Pederneiras replica que, na ocasião, formulara aquela proposta *“tendo em vista legalizar uma situação já existente, lançando mão dos recursos facultados pela própria lei. E que, tendo sido longo o período de perplexidade em que se achara a Congregação, e até porque não mais se tendo reunido, faltara-lhe a oportunidade de submeter a representação, ora sujeita ao seu esclarecido julgamento”*. Nessa altura, o prof. Flexa quis registrar em ata *“que não lhe move nenhum intuito de oposição à orientação moderna que se vai imprimindo ao ensino da Escola. (...) O Sr. Diretor, mantendo o seu ponto de vista, admira-se da perplexidade - a seu ver, por demais prolongada. (...) Submetida a votos a representação proposta pelo prof. Raul Pederneiras, foi aprovada por unanimidade.”* (grifos nossos)³⁹

Assim terminou o tumultuado mandato de Lúcio Costa na ENBA. A reunião seguinte (14/09/1931) já foi presidida pelo Prof. Rodolfo Chambelland, diretor em exercício, e tinha por objetivo eleger o novo diretor, em cumprimento ao disposto no famoso Art. 27 do Decreto no. 19.851, de 11/04/1931.

Mas o assunto voltou à baila na reunião seguinte, de 21/09/1931, presidida pelo novo diretor Arquimedes Memória, devido aos protestos dos alunos quanto à destituição de Lúcio Costa da diretoria. Nessa ocasião, foi discutido um outro documento, de autoria do mesmo Prof. Chambelland - enquanto ainda Diretor em exercício - que prestava conta, por assim dizer, dos acontecimentos recentes, procurando acalmar os protestos dos alunos e dissipar o *“ambiente de descrédito em torno da Congregação”* que eles criaram⁴⁰. Nesse documento, Chambelland explicava que *“o Sr. Lúcio Costa, em torno de cujo nome se faz a celeuma, foi nomeado provisoriamente diretor da Escola”*, antes da promulgação do Decreto 19.850 de 11/04/1931 cujo artigo 27 dispõe sobre os requisitos dos candidatos a diretor de instituto - que Lúcio Costa não apresentava. Ciente da situação, o CTA, *“no sentido de não perturbar o ano escolar (...), pacientou, para ver se o Sr. Lúcio Costa dava uma orientação que não afastasse o Instituto das normas regulares da administração. Nada se conseguiu. O Sr. Diretor não só evitava de convocá-lo, como fugia a cumprir-lhe as deliberações. Procurando diminuir a função daquele órgão de administração não lhe fez conhecer o contrato de professores estrangeiros já existente, como não a fez ciente dos honorários que lhes fixara*

³⁸ Aspecto a ser ainda investigado. O fato é que não consta da ata da referida reunião, por nós consultada.

³⁹ LASCEBA 1931-1945, pp. 1-6.

⁴⁰ Idem, Ibidem. Este pronunciamento foi publicado na íntegra no JORNAL DO BRASIL, de 17/09/1931. V. XAVIER, 1966, s. p.

tomando numerário das verbas patrimoniais. Impediu, também, que os referidos docentes submetessem a sua aprovação os respectivos programas, para nada convocando a Congregação, que passou a ser órgão morto, pois ignorava a vida administrativa e pedagógica da Escola. Acreditando-se diretor discricionário, aprovava sozinho atos de maior importância que somente o CTA e a Congregação poderiam, por maioria, decidir.”

Entre tais atos discricionários de Lúcio Costa, Chambelland cita o prêmio Caminhoá - “legado que se regula por lei especial e que (...) exige, como condição expressa de validade, a anuência explícita da Congregação do Instituto. Diante de tais fatos, e da gravidade da indisciplina que se esboçava no corpo discente, pela maneira insólita com que os alunos se começavam a comportar, estimulados pela ação do Diretor - resolveu o CTA (...) pedir uma convocação urgente da Congregação para pedir ao CO a adequação da Escola à nova lei.”

O CO manifestou-se favorável a este pedido, sendo oficiado a Lúcio Costa que convocasse “a Congregação da Escola no sentido de dar cumprimento à Lei. O ex-diretor guardou o ofício e não convocou a corporação.” Diante de reiterados ofícios do CTA no mesmo sentido, igualmente não atendidos, Chambelland, membro mais antigo do CTA, resolveu comunicar ao Reitor da Universidade do Rio de Janeiro, Fernando Magalhães, o que se passava.

Ao mesmo tempo, Lúcio Costa, “sentindo a gravidade da desobediência, enviou ao Reitor um pedido de convocação do CO, para prestar esclarecimentos” juntando cópia de carta do ex-Reitor Carvalho Mourão, datada de 27/04/1931, dispensando, naquele momento, o Instituto Nacional de Música e a ENBA de apresentarem a lista tríplice prevista no art. 27 do Estatuto das Universidades. Em resposta a Costa, Fernando Magalhães, afirma-se ciente da autorização de Carvalho Mourão. Mas, “por voto unânime do Conselho e entendendo que a data de abril significa uma oportunidade já passada”, Magalhães consultou o Ministro Francisco Campos “sobre a situação de V. Sa. na Diretoria da ENBA. O Sr. Ministro Campos autorizou-me a declarar ao Conselho não ter V. Ex. nenhuma investidura especial, sendo assim indispensável o cumprimento do Art. 27 do Decreto 19.851. Disto foi inteirado o CO na última sessão, que V. Ex. também não esteve presente.” Finalizando o ofício, Fernando Magalhães acedeu ao pedido de Lúcio Costa, convocando uma reunião do CO para o dia 10/08/1931, “exclusivamente para ouvir as declarações de V. Ex., cujo comparecimento se torna assim indispensável”.

Chambelland frisa que este ofício “onde se encontram várias das aleivosias atiradas contra a Congregação, não se encontra na Secretaria da Escola (...)”, tendo-lhe sido fornecida cópia pela própria Reitoria. Relata a seguir o que se passou na referida reunião do CO, solicitada por Lúcio Costa para prestar esclarecimentos. Segundo ele, “conforme estará vivo

na memória dos membros daquele egrégio Conselho, todos os professores da Universidade tiveram mais ou menos o seu quinhão nas invectivas do Sr. Lúcio Costa. Naturalmente que a maior carga, como se vê, coube aos professores da EBA, antigos mestres do arquiteto. Lúcio Costa se desmandou, então, fazendo as mais estranhas afirmações, como a de julgar-se o único destinado a salvar o futuro da Escola, o que mereceu do prof. Gastão Gomes, da Escola de Minas, esta frase lapidar: - É, então, V. Ex. o Messias... Logo a seguir, com veemência, à pergunta do Sr. Lúcio Costa porque não lhe davam a demissão, retruca o Dr. Cândido de Oliveira Filho: V. Exa. já está automaticamente demitido. Ante nova indagação, nos mesmos termos de desafio, porque o CO não lhe dava demissão, replica-lhe o Prof. Leonel Gonzaga: Porque o Conselho esperava que V. Exa. compreendesse que se devia demitir. O Sr. LC terminou pedindo demissão, dizendo-se demitido e retirando-se abruptamente da sessão.

Em conclusão, Chambelland julga oportuno mencionar que o Salão de Belas-Artes daquele ano (1931) não teve qualquer participação da Congregação da Escola: *“foi feito por comissão estranha. Aliás, as anteriores eram organizadas pelo Conselho Superior de Belas Artes, órgão que desapareceu em virtude do Decreto que o extinguiu. A Escola apenas emprestava suas salas àqueles certames”*. A menção ao Salão explica-se, se pensarmos que a reunião em que este documento foi lido realizou-se às vésperas da abertura do evento (01/09/1931).⁴¹

A próxima reunião da Congregação da ENBA reuniu-se em 10/10/1931, transcorrendo sem maiores incidentes; a partir de então, só se retomam as sessões em 19/04/1934 – ao menos, conforme o registro do livro de atas.

Tal seqüência de acontecimentos parece corroborar a hipótese de que Lúcio Costa aproveitou-se da inesperada oportunidade que lhe fora oferecida – num momento crucial de seu amadurecimento como arquiteto – para por em prática uma estratégia suicida de implantação, a todo custo, de uma nova orientação ao ensino da ENBA. Assim, não há como discordar muito das seguintes palavras de José Mariano Filho – um dos únicos a abordar o episódio, por motivos de desagravo pessoal - que constituem uma descrição razoavelmente acurada da falta de diplomacia - certamente deliberada - com que Lúcio conduziu a situação:

“Veio a reforma. Senti, sem surpresa (não estou mais em idade de ter surpresas) que Lúcio Costa tivera a preocupação personalíssima de contrariar todos aqueles que lhe podiam sugerir idéias aceitáveis. Desprezou a colaboração do Instituto, repudiou acintosamente o

⁴¹ LASCEBA, pp. 9v-16v.

pensamento da própria congregação.” E, certamente, poderia acrescentar: desprezou os conselhos dele próprio.⁴²

Aliás, José Mariano Filho admite ter participado de articulações visando à destituição de Lúcio Costa da diretoria da ENBA:

*“Não me quero reportar à anarquia resultante da atuação leviana de Lúcio Costa, que eu ajudei conscientemente a apelar do posto que lhe havia sido confiado.”*⁴³

As vicissitudes de Lúcio Costa na diretoria da ENBA foram analisadas, do ponto de vista estritamente jurídico, por Rodrigo Mello Franco de Andrade⁴⁴. Em que pese seu objetivo de defender Lúcio Costa, sugerindo a ocorrência de intrigas e tramóias em paralelo ao que está registrado nos documentos oficiais, sua inevitável conclusão de que Costa *“só perderia o mandato no momento em que este expirasse ou quando deixou de merecer a confiança do governo”* é plena de conseqüências para nosso presente estudo.

A interpretação de Lúcio Costa

Para encerrar, ainda que temporariamente, este episódio - sobre o qual resta aclarar ainda muitos aspectos - é justo analisar a versão de Lúcio Costa sobre as inúmeras acusações que lhe são dirigidas, principalmente por José Mariano Filho que, como vimos, afirmava que o convite de Francisco Campos - que ele conhecia *“tradicionalista convicto”* - a Lúcio Costa devia-se à sua participação na campanha nacionalista, dirigida por ele, José Mariano. Explicava que a falta de manifestação do Ministro Francisco Campos a respeito da discrepância entre os *“despautérios”* praticados por Lúcio Costa e suas inclinações pessoais se dava

*“...porque ele não quer confessar em público que foi vítima de um perfeito conto do vigário. (...) Confiou cegamente em informações de terceiros (inclusive de mim próprio) em favor do tradicionalista apaixonado...O meu amigo Sr. Francisco Campos enganou-se redondamente, mas, bom político, que é, preferiu mastigar em silêncio a sua desilusão, enquanto eu, que não tenho papas na língua, pus a boca no mundo...”*⁴⁵

Mariano Filho admite, assim, ter recomendado Lúcio Costa ao Ministro, afirmando, porém seu completo alheamento em relação às decisões que levaram à sua efetiva nomeação:

“Quando o ilustre Sr. Dr. Francisco Campos entregou inesperadamente a direção da EBA ao jovem arquiteto Lúcio Costa, considerado até então o mais valoroso cadete da esquadra tradicionalista, eu exultei, sinceramente, com a escolha, considerando-a legítima vitória da

⁴² Artigo *Escola Nacional de Arte Futurista*, **O Jornal**, 22/07/31; cit. in XAVIER, 1966, s/p.

⁴³ Artigo *Dize-me onde moras*. MARIANO FILHO, 1943, p. 90.

⁴⁴ Artigo *O Caso da Escola de Belas Artes*. In XAVIER, 1987, pp. 52.

⁴⁵ Artigo *Maçonaria Artística*, **Diário da Noite**, 14/08/1931; cit. in XAVIER, 1966, s/p.

causa que defendo. (...) Vendo-o na direção do velho Colégio de Arte, eu me considerava mais vitorioso, do que ele próprio, de tal modo confiava na sinceridade de suas convicções artísticas. Houve mesmo quem supusesse, nos meios artísticos, que a sua ascensão se teria dado por intervenção minha. Aproveito a oportunidade para dizer, nada fiz nesse sentido, não me cabendo, pois, a glória da indicação.” (grifo nosso)⁴⁶ .

É evidente que, apesar de sua curta duração, a passagem de Lúcio Costa pela diretoria da ENBA desencadeou a ira e o ressentimento de José Mariano Filho por anos a fio. Em algumas oportunidades, o pernambucano - como se não conhecesse a índole e o caráter de Lúcio Costa - chegou a insinuar que sua mudança de orientação dera-se por interesses monetários, e não por convicção própria. É o caso da referência venenosa à falta de encomendas de projeto que se seguiu à sua passagem pela ENBA:

“Lúcio Costa, que ingressou à última hora no bonde funcional, assaltando-lhe o estribo, se viu em tão precária situação, que foi bater à porta do Sr. E. Fontes, pedindo para lhe fazer o projeto da casa, no estilo nacional, horrendo, falso, e mentiroso.”⁴⁷

É fato que, para esta residência, Lúcio Costa apresentou em 1930 um projeto com duas fachadas diferentes: uma moderna, e outra neocolonial – que foi efetivamente realizada.

Diante de tantos e tão baixos ataques, Lúcio Costa acabou por dar o troco na mesma moeda⁴⁸, afirmando que o próprio José Mariano sempre aspirara à diretoria da ENBA, ou mesmo a outro cargo equivalente; e que, diante de sua própria nomeação, Mariano Filho esperava que ele, Lúcio Costa, lhe oferecesse uma cadeira no curso de arquitetura daquela instituição - possivelmente a de História da Arte Brasileira, que tentara sem sucesso criar em 1926:

“(…) Vitoriosa a revolução, restabelecida a nova ordem de coisas, o sr. Mariano candidatou-se incontinenti ao cargo de diretor da ENBA, para, graças aos poderes discricionários do momento, vingar-se da guerra que a congregação lhe havia movido por ocasião de sua inútil passagem pela Escola. Não conseguiu. Pretendeu, embora já tivesse sido nomeado o dr. Rodolfo Garcia, ser diretor do Museu Histórico, assediando para isso com sugestões ingênuas os srs. Francisco Campos e RMFA, então chefe de gabinete. Não conseguiu. Voltou então a sonhar (on revient toujours...) com a criação de uma cadeira de “arte nacional” para lhe ser dada de presente em atenção aos inestimáveis serviços prestados à causa, e, durante o estudo da reforma, andou pedindo uma palavra a favor da sua criação a todos aqueles que se achavam em contato com o sr. Ministro”.

⁴⁶ Artigo *Escola Nacional de Arte Futurista*, **O Jornal**, 22/07/31; cit. in XAVIER, 1966, s/p.

⁴⁷ Artigo *Verbiagem inútil*, in 1943, p. 86-7.

⁴⁸ Trata-se do artigo *Impotência Espalhafatosa* (**Diário da Noite**, 09/09/1931; cit. in XAVIER, 1966, s/p).

Segundo Lúcio Costa, a única coisa que pudera fazer fora a inclusão “nos cursos de aperfeiçoamento, um de “Estudos Brasileiros” que lhe era destinado, a título de consolo” – idéia inicialmente desdenhada por José Mariano, mas que acabou sendo aceita, por interesses pessoais, pois Mariano Filho insistia “em que fosse o referido curso remunerado”.

É certo que, em muitos trechos de seus escritos de 1931, José Mariano Filho parece mesmo colocar-se à disposição para qualquer indicação de cargo - e, preferencialmente, para substituir Lúcio Costa:

*“Mentiria a mim mesmo, se confessasse em público que a derrota do meu adversário me causa prazer. As circunstâncias me forçaram a combatê-lo. Mas a minha pena continua molhada no tinteiro à espera dos acontecimentos. Ferida na grave escaramuça, a EBA precisa recompor-se, escolhendo um professor moralmente digno para lhe assumir a direção. Com um pouco de boa vontade, a Escola poderá escolher um nome de prestígio, não comprometido em cambalachos traiçoeiros, capaz de prosseguir serenamente na obra de pacificação que o momento exige.”*⁴⁹

Mas os tempos tinham mudado; Lúcio Costa foi efetivamente afastado, porém seu substituto - Arquimedes Memória - foi escolhido por votação da Congregação, conforme os novos estatutos. Nesse novo momento político, os atributos pessoais de José Mariano - sua destacada posição social e/ou fortuna pessoal – não lhe valeram, como estava habituado. E, a despeito de todas as marchas e contramarchas ocorridas, iniciou-se então uma nova fase no curso de arquitetura da ENBA, aclamada em todos os livros de história da arquitetura brasileira.

Referências Bibliográficas

Architecture Internationale Moderne. Expositions Internationales d’Anvers et de Liège. Paris : Éditions d’Art Charles Moreau, s/d.

BRUAND, Yves. **Arquitetura Contemporânea no Brasil.** São Paulo: Projeto, 1981.

CAVALCANTI, Lauro. **As preocupações do Belo.** Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, Paço Imperial/Tempo Brasileiro, 1995.

COSTA, João Anyone. **A inquietação das abelhas (o que pensam e o que dizem os nossos pintores, escultores, arquitetos e gravadores, sobre as artes plásticas no Brasil).** Rio de Janeiro: Pimenta de Mello, 1927.

COSTA, Lúcio. *A Alma dos Nossos Lares. A Noite.* Rio de Janeiro, 19/03/24.

_____ **Arquitetura.** Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.

_____ *Considerações sobre o nosso gosto e estilo. A Noite.* Rio de Janeiro, 18/06/24

_____ **Registro de uma Vivência.** São Paulo: Empresa das Artes, 1995.

⁴⁹ Artigo *Uma a Deus, outra ao Diabo*, **Diário da Noite**, 08/09/1931; cit. in XAVIER, 1966, s/p.

_____ **Sobre Arquitetura.** Porto Alegre: CEUA, 1962.

O Cruzeiro. Revista Semanal Ilustrada. Rio de Janeiro, 7/12/1929. Período de julho a outubro de 1930.

FERRAZ, Geraldo. **Warchavchik e a introdução da nova arquitetura no Brasil: 1925 a 1940.** São Paulo: MASP, 1965.

GUIMARAENS, Cêça de. **Lúcio Costa: um certo arquiteto em incerto e secular roteiro.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará/Prefeitura, 1996.

GOODWIN, Philip e KIDDER SMITH, G.E. **Brazil Builds.** New York, MoMA, 1943.

Ilustração Brasileira. Rio de Janeiro, período de 1920-1931.

O Jornal. Rio de Janeiro, período de maio a julho de 1930.

LIVRO DE ATAS DAS SESSÕES DA CONGREGAÇÃO DA ESCOLA DE BELAS ARTES (LASCEBA), 1924-1931.

LIVRO DE ATAS DO CONSELHO TÉCNICO E ADMINISTRATIVO DA ESCOLA (LACTA)- 1931/1934

LIVRO DE REGISTRO DO RESUMO DA CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA PELA ESCOLA DE BELAS ARTES (LRC), PERÍODO 02/01/1930 - 31/05/1941.

MARIANO FILHO, José. **À Margem do Problema Arquitetônico Nacional.** Rio de Janeiro: s.c.p., 1943.

PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. *Enigmas de Lúcio Costa.* In: NOBRE, Ana Luiza [et. al]. **Um modo de ser moderno.** São Paulo: Cosac & Naify, 2004, pp. 299-304.

_____ **Relatório Final da Pesquisa FAPESP “O Neocolonial e suas relações com o Modernismo e com a Preservação do Patrimônio no Brasil”.** São Paulo: 2004.

SANTOS, Paulo. **Presença de Lúcio Costa na Arquitetura Contemporânea do Brasil.** Rio de Janeiro: datilografado, 1960.

_____ **Quatro Séculos de Arquitetura.** Rio de Janeiro: IAB, 1981.

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA. **Warchavchik, arquiteto modernista – 100 Anos.** São Paulo: Catálogo da exposição, 1996, p. 10.

SEGAWA, Hugo. **Arquiteturas nos Brasil 1900-1990.** São Paulo: EDUSP, 1997.

SCHWARZMAN *et alii.* **Tempos de Capanema.** Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e terra/EDUSP, 1984.

SILVA, Maria Angélica da. **As formas e as palavras na obra de Lúcio Costa.** Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado PUC-RJ, 1991.

SISSON, Rachel. *Escolas Públicas do Primeiro Grau.* **Arquitetura Revista.** Rio de Janeiro: FAU/UFRJ, no. 8, 1990.

SUAREZ, Naia Alban. *Art-Déco e o Moderno: conceitos que se confundem no ambiente progressista brasileiro.* In: **Art-Déco na América Latina. Anais do 1o. Seminário Internacional.** Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro/SMU, Solar Grandjean de Montigny/PUC-RJ, 1997.

XAVIER, Alberto (org.) **Arquitetura Moderna Brasileira: Depoimento de uma Geração.** São Paulo: Pini/ABEA/Fundação Vilanova Artigas, 1983.

_____ **Lúcio Costa: Obra escrita.** Brasília: UnB, 1966, mimeo.